



UNIVERSIDADE DO FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
FACULDADE DE HISTÓRIA

MARIA VITÓRIA ANDRADE MORAES

**PATRIMÔNIO E IMAGINÁRIO: os construtores da igreja de Santo Alexandre
na Amazônia colonial**

ANANINDEUA/PA
2024

MARIA VITÓRIA ANDRADE MORAES

**PATRIMÔNIO E IMAGINÁRIO: os construtores da igreja de Santo Alexandre
na Amazônia colonial**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao curso de licenciatura em história pela
Universidade Federal do Pará para obtenção
do título de licenciado em história pela
Universidade Federal do Pará.

Orientador: Dr. Wesley Oliveira Kettle



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARIA VITÓRIA ANDRADE MORAES

PATRIMÔNIO E IMAGINÁRIO: os construtores da igreja de Santo Alexandre na Amazônia colonial

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de licenciatura em história pela Universidade Federal do Pará para obtenção do título de licenciado em história pela Universidade Federal do Pará.

Aprovado em: _____ de _____ de 2024.

Banca examinadora

Prof. Dr. Wesley Oliveira Kettle – Orientador

Prof.^a Dr.^a. Moema de Bacelar Alves – Avaliador 1

Prof. Dr. Carlos Augusto Bastos – Avaliador 2

Agradecimentos

Aos meus pais, Moisés Humberto e Maria do Socorro, por sempre me incentivarem a estudar e entrar na universidade, assim como meus tios e tias que me auxiliaram durante toda minha trajetória escolar e universitária.

A minha madrinha, Adriana Helena, por sempre ter me apoiado durante toda a minha vida. Sou muito grata pelo seu amor, pela sua amizade e cumplicidade.

Às minhas avós, Maria e Maria de Lourdes, por serem a minha inspiração, pelo cuidado, amor e carinho que tiveram por mim e por terem contribuído para formar a mulher que sou hoje.

Aos meus amigos, Agda Beatriz, Anna Luiza, Ana Clara, Cecília, João Daniel, Laura, Maria Clara e Rafael Bernardo, por estarem comigo nessa jornada desde o ensino médio, tornando-a mais leve através da nossa amizade, repleta de risos e amor.

Ao meu orientador Prof. Dr. Wesley Kettle, por ter me ensinado a olhar e compreender a História de outra forma e por ter me ajudado imensamente na escrita deste trabalho.

As amigadas que fiz durante a graduação, Beatriz Lima, Camila Emanuelle, Julia Brenda e Talys Fernandes, por me acompanharem durante esse momento tão importante, por serem amigas com quem eu sempre pude contar.

Não vivi teu tempo
Não sei se foi bom ou mau
Nem sei que destino me legaram
Tuas dúvidas, erros e penas
Libertem-me do teu “karma”
Pois, de outro tempo é o meu
(Nascimento, 1987, p.38)

Resumo

A igreja de Santo Alexandre foi construída no século XVII em Santa Maria de Belém do Grão-Pará e hoje é um dos pontos turísticos mais importantes da cidade. Este trabalho tem como objetivo investigar a relação do imaginário que o chamado “senso comum” têm acerca da Igreja de Santo Alexandre no tempo presente e sobre os indígenas, negros e mestiços que construíram essa edificação, tendo em vista que esses indivíduos têm pouca visibilidade dentro da história. Por conseguinte, é necessário identificar quais foram os sujeitos do século XVIII que participaram da construção desse lugar e investigar a participação desses indivíduos no processo de construção da igreja. Para isso, realizamos uma análise da fonte documental *Catalogo deste Colégio de Santo Alexandre, seus bens, oficinas, fazendas, servos, gados, dispendios e dividas activas e passivas* na qual verificamos a identidade desses trabalhadores e seus ofícios. Além disso, contextualizamos o mundo do trabalho daquele período e analisamos o questionário feito aos estudantes a fim de analisar de que forma esses sujeitos são percebidos no presente. Como resultado, observamos que esses trabalhadores não são percebidos pelos estudantes e vamos discutir os possíveis motivos.

Palavras-chave: imaginário; patrimônio; amazônia colonial; igreja de santo alexandre;

Abstract

The church of Santo Alexandre was built in the 17th century in Santa Maria de Belém do Grão-Pará and is today one of the city's most important tourist attractions. The aim of this work is to investigate the relationship between the imaginary that the so-called “common sense” has about the Church of Santo Alexandre in the present day and about the indigenous, black and mestizo people who built this building, bearing in mind that these individuals have little visibility within history. It is therefore necessary to identify the 18th century individuals who took part in the construction of this place and to investigate their participation in the process of building the church. To do this, we analyzed the documentary source *Catalogo deste Colégio de Santo Alexandre, seus bens, officinas, fazendas, servos, gados, dispendios e dividas activas e passivas* in which we verified the identity of these workers and their trades. In addition, we contextualized the world of work in that period and analyzed the questionnaire given to the students in order to analyze how these subjects are perceived in the present. As a result, we observed that these workers are not perceived by the students and we will discuss the possible reasons.

Key-words: imaginary; heritage site; colonial amazon; church of st. alexandre;

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Fachada do Museu de arte Sacra de Belém.....	19
Imagem 2 – Anjo Tocheiro.....	22

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1– Gráfico de Idade.....	27
Gráfico 2 – Gráfico de Gênero.....	27
Gráfico 3 – Gráfico de Escolaridade.....	28

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Informações sobre os oficiais do Colégio de Santo Alexandre.....	19
Quadro 2 – Perguntas Objetivas.....	25
Quadro 3 – Perguntas Subjetivas.....	26

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
PRIMEIRO CAPÍTULO – OS TRABALHADORES PRESENTES NO	11
“CATALOGO DESTA COLÉGIO DE SANTO ALEXANDRE, SEUS BENS, OFFICINAS, FAZENDAS, SERVOS, GADOS, DISPÊNDIOS E DIVIDAS ACTIVAS E PASSIVAS”	
1.1 A ESCRAVIZAÇÃO DE INDÍGENAS	12
NA AMAZÔNIA COLONIAL	
1.2 A ESCRAVIZAÇÃO E TRÁFICO DE AFRICANOS NO GRÃO-PARÁ	14
1.3 PROTAGONISMO DOS TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO DA	17
IGREJA DE SANTO ALEXANDRE	
SEGUNDO CAPÍTULO – O IMAGINÁRIO SOBRE A IGREJA DE	23
SANTO ALEXANDRE	
2.1 CONCEITO DE	23
IMAGINÁRIO	
2.2 QUESTIONÁRIO SOBRE A VISITA DA IGREJA DE SANTO	25
ALEXANDRE	
2.2. RESPOSTAS OBJETIVAS NO QUESTIONÁRIO	26
1	
2.2. RESPOSTAS SUBJETIVAS NO QUESTIONÁRIO	28
2	
2.3 A IMPORTÂNCIA DE INDÍGENAS, NEGROS E MISTIÇOS PARA A	30
CONSTRUÇÃO DA IGREJA DE SANTO ALEXANDRE COMO	
PATRIMÔNIO HISTÓRICO	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

Introdução

A escolha do tema discutido nesta pesquisa se deu a partir de uma aula de campo ministrada na disciplina “História e Educação Patrimonial”. Durante a aula, visitamos o Museu de Arte Sacra de Belém e fomos apresentados aos elementos artísticos que o compõem e também aos trabalhadores que construíram-no. Recordo-me que após a visita, me questionei o porquê estas informações não eram tão conhecidas e porque o próprio espaço do museu não as divulgava. Nesse sentido, essas inquietações me levaram a pensar qual seria o imaginário do senso comum acerca destes trabalhadores, se estes sujeitos eram conhecidos ou não e isso se tornou o meu objeto de pesquisa.

O trabalho de Décio Guzmán (2015) nos mostra como esses sujeitos possuíam grande habilidade em trabalhos manuais e artesanais, além de sempre requisitados para este tipo de construção, embora os colonizadores fossem relutantes em reconhecer a habilidade desses indivíduos. Ademais, durante o processo de colonização portuguesa no Grão-Pará a presença dos jesuítas era significativa na região, uma vez que eles eram responsáveis pelos aldeamentos criados para a catequização dos povos nativos, além de possuírem o controle sobre a mão de obra escravizada desses sujeitos (GUZMÁN, 2015).

Essa relação de poder entre colonizador e colonizado se deu a partir de um projeto de exploração e dominação que se baseou na ideia de uma hierarquia entre colonizador e colonizado, onde o último grupo tinha desde a sua mão de obra à sua subjetividade controladas pela estrutura de dominação colonial. Nesse contexto, o resultado desta opressão sistemática foi a marginalização e silenciamento cultural, social e político desses grupos.

Em vista disso, é necessário ressaltar que a igreja de Santo Alexandre, inicialmente nomeada Colégio de Santo Alexandre, foi construída em 1616 e depois teve sua reconstrução feita em 1668, garantindo a influência missionária dos jesuítas na região amazônica. Essa construção barroca teve influências da paisagem amazônica, onde características clássicas do barroco europeu foram substituídas por características específicas da região.

Nessa perspectiva, o conceito de memória é um dos elementos norteadores desta pesquisa, a partir dele pretende-se analisar a questão do silenciamento da identidade e contribuição dos trabalhadores indígenas, negros e mestiços na história do patrimônio supracitado. Segundo Pierre Nora (1993):

“A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (p.9)”

A memória é um elemento que possui vários componentes, ela pode ser coletiva, individual e entre outras. Tais características garantem a ela a possibilidade de se relacionar com os objetos, imagens, lugares e assim por diante. Logo, a memória é capaz de construir um sentimento de identidade individual ou coletiva, além de estar suscetível a mudanças e reorganizações, muitas vezes por razões políticas. Sendo assim, é necessário compreender quais memórias são expostas e valorizadas e quais não são, possibilitando a reflexão e problematização acerca da hierarquização destas memórias e conseqüentemente dos grupos sociais que as produzem.

A memória é um componente importante para o entendimento do passado e do presente. Por dispor de um caráter coletivo, possibilita que um sujeito possua memórias que lhe foram repassadas, que não necessariamente pertencem somente a ele, mas que também fazem parte da memória de uma comunidade ou grupo. É importante perceber a memória como um agente importante que está sujeito a transformações e mudanças constantes.

Seguindo este raciocínio, pretendemos nesta pesquisa mobilizar a fonte documental, onde estão identificados esses sujeitos, com seus nomes e identidades étnico-raciais, além de sua condição de trabalho, se eram escravizados ou não. Ao mobilizarmos esta fonte escrita, intencionamos investigar se as pessoas, o senso comum, têm conhecimento sobre esses trabalhadores. Para isso, a metodologia de questionários foi aplicada, visando analisar quais conhecimentos os indivíduos que responderam possuem sobre o tema discutido.

Além disso, a utilização dos questionários busca confirmar a hipótese de que houve o silenciamento desses sujeitos, das suas contribuições e histórias. A fonte documental é de suma importância para esta análise, uma vez que revela quem são essas pessoas e que é possível apresentá-las como atores importantes dentro da dinâmica social da Amazônia no século XVIII, porém não o fazem possivelmente por uma questão de escolha. Em virtude disso, procuramos realizar uma análise que agregasse ambos os elementos, o documento colonial e o questionário, para que assim pudéssemos analisar estes pontos.

Com o propósito de analisar a fonte documental, no primeiro capítulo deste trabalho iremos abordar algumas noções sobre o mundo do trabalho na Amazônia colonial. Para isso, iremos discutir a escravização de indígenas e de africanos, respectivamente, com isso pretendemos apresentar a importância desses sujeitos no cotidiano da capitania do Grão-Pará. Por fim, examinaremos a fonte escrita, evidenciando a identidade dos trabalhadores da igreja de Santo Alexandre e buscando examinar as contribuições destes para a região amazônica.

No segundo capítulo serão expostas as perguntas fechadas e abertas presentes no questionário e também as respostas dos participantes. As respostas abertas serão analisadas

visando investigar se os indivíduos que participaram da pesquisa estão cientes da presença de indígenas, negros e mestiços na construção do patrimônio supracitado. Por último, destacamos a importância de uma educação patrimonial crítica e decolonial, comprometida em transformar e subverter a lógica colonizadora ainda presente nesse campo de pesquisa.

Primeiro Capítulo – Os trabalhadores presentes no “*Catalogo Deste Colégio De Santo Alexandre, seus bens, oficinas, fazendas, servos, gados, dispendios e dividas activas e passivas*”

A dinâmica do trabalho na Amazônia do século XVIII estava baseada no sistema de escravização de ameríndios, mestiços e africanos por parte dos invasores europeus. Nessa conjuntura, nota-se primeiramente a predominância do cativo indígena e posteriormente africanos vão ser inseridos neste sistema. O funcionamento do processo escravista na região amazônica, neste caso no Estado do Grão-Pará e Maranhão¹, era distinto do que era predominante no Estado do Brasil. Esta diferença foi muitas vezes utilizada por colonos e governantes para questionar o desenvolvimento econômico da região e a utilização de mão-de-obra africanos, uma vez que no contexto amazônico houve a ausência do sistema de plantation², característico deste último Estado, especialmente em Pernambuco com a monocultura do açúcar. (Silva, 2015).

A exploração e colonização do Grão-Pará estabeleceu-se no início do século XVII. A partir daí instituiu-se a escravização de povos indígenas que se encontravam na região, tal processo ocorreu através da locomoção destes indígenas para as vilas, onde eram encaminhados para realizar trabalhos forçados conforme a necessidade dos moradores (Júnior Maia, 2021, p.12). Nesse sentido, é notório a necessidade da mão-de-obra indígena para os europeus e para a execução do projeto colonial, visto que os povos nativos possuíam o conhecimento necessário para a realização de diversas atividades, como a navegação de rios, agricultura³, coleta de alimentos e construções variadas.

A escravização de africanos na região no século XVIII foi resultado do crescente desenvolvimento da região, como também da necessidade de suprir as demandas por mão-de-obra. Durante o século XVIII o tráfico de escravizados aumentou rapidamente, devido principalmente aos esforços da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (Júnior, Maia, 2021, p.13) Diante disso, é possível pontuar que trabalhadores indígenas, africanos e

¹ Inicialmente nomeado Estado do Maranhão, posteriormente renomeado Estado do Grão-Pará e Maranhão (a partir de 1750), depois dividido em Estado do Maranhão e Piauí e Estado do Grão-Pará e Rio Negro (a partir de meados da década de 1770). VER: CHAMBOULEYRON, Rafael. O Estado do Maranhão e Pará: territorialidade e ocupação (séculos XVII e XVIII). In: José Vicente SERRÃO (org). A terra num império ultramarino. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais – no prelo.

² Caracteriza-se como um modelo econômico onde os elementos produtivos devem ser entendidos a partir da sua relação com o engenho de açúcar. VER: TANEZINI, Theresa Cristina Zavaris. Os industriais do açúcar na "plantation" colonial (um estudo da agroindústria açucareira no Nordeste). Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba - Campus II Campina Grande, 1994.

³ SCHAAN, Denise Pahl. A Amazônia em 1491. **Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas**, v. 11, n. 20, 21, 2009.

mestiços dividiram experiências dentro deste sistema escravocrata, criando mecanismos de resistência contra o mesmo. A agência desses sujeitos dentro dos processos históricos devem ser apresentadas e problematizar o silenciamento e a ideia de que foram passivos a escravidão é fundamental.

Por conseguinte, neste capítulo pretendemos apresentar algumas noções acerca da escravização indígena e africana na Amazônia colonial, além de propor uma reflexão sobre os ofícios realizados por estes sujeitos e sua relevância na sociedade. Assim, buscaremos viabilizar o reconhecimento destes trabalhadores como atores importantes dentro da dinâmica colonial e descortinar a sua participação dentro de processos históricos importantes da nossa região.

1.1 A escravização de indígenas na Amazônia colonial

A escravização de indígenas por parte dos colonizadores europeus no antigo território do Grão-Pará e Maranhão ficou marcada pelo conflito entre colonos e missionários jesuítas que lutavam em favor da escravidão e libertação dos indígenas, respectivamente. No entanto, as disputas de interesse pelo trabalho forçado dos ameríndios eram mais complexas, uma vez que estes sujeitos estavam disputando também quem iria controlar o trabalho dos nativos, que nessa região era estrategicamente fundamental. Além disso, durante este período foram criadas legislações para controlar os usos da mão-de-obra indígena, onde estava previsto os elementos que caracterizavam e sujeitavam um indígena a escravidão.

Dentro desta legislação indigenista, era previsto aos povos nativos inimigos – aqueles que resistissem a colonização – a escravidão. Ademais, esta legislação estava sujeita em várias estâncias ao interesse dos sujeitos envolvidos, ou seja, a mesma não era seguida à risca, além de ser entendida como um documento repleto de contradições. Tais contradições refletiam a conjuntura política e econômica da época na qual esta legislação fora redigida, uma vez que era necessário garantir o funcionamento da economia tanto da colônia quanto da metrópole e para isso o trabalho indígena era essencial. Nesse contexto, se fez necessário a criação de políticas que regulamentassem a escravização e o uso da mão-de-obra indígena por parte de missionários e colonos portugueses.

De acordo com Camila Dias (2019), existiam diversas formas de arregimentar mão-de-obra indígena por parte dos colonizadores: os descimentos, os resgates e as guerras, sendo estas as mais conhecidas e descritas em várias fontes. Os descimentos consistiam na realocação de uma aldeia inteira do seu território para outro mais próximo das vilas de colonos, a partir de uma negociação feita com líderes indígenas para que estes se

convertessem ao cristianismo e fossem inseridos na dinâmica do trabalho de determinada vila. Assim, ao serem deslocados para estas vilas, os nativos eram assentados em aldeamentos, onde os mesmos prestavam serviços diversos aos moradores e missionários daquela localidade em troca de um salário que seria administrado por estes últimos.

Os resgates de indígenas prisioneiros de indígenas de outra etnia – geralmente existia conflito entre ambas – por tropas portuguesas e a compra destes prisioneiros era negociada a partir da troca de mercadoria entre os grupos. Por fim, a guerra justa consistia na guerra motivada por um atrito ou injustiça feita aos colonizadores pelos povos nativos, ou seja, essa injustiça seria a justificativa para a mobilização de uma guerra contra determinada etnia, resultando no aprisionamento e escravização destes indígenas.

Beatriz Perrone-Moisés (1992) afirma que o resgate e a guerra justa foram durante o período colonial os casos reconhecidos de escravização legal, pois estariam fundamentados no princípio de salvar vidas e no relacionamento com os povos inimigos. Além disso, os colonos por vezes burlavam a legislação e afirmavam haver legitimidade em processos de escravização, quando na verdade estes forjavam as situações que justificariam a mesma, por exemplo, alegando a existência de conflito com inimigos (Perrone-Moisés, 1992). Desse modo, é importante destacar que a legislação indigenista do período colonial foi uma política que envolveu diversos sujeitos e promoveu a criação de complexas relações entre os mesmos, onde em diversas vezes podemos notar a agência indígena, seja ela nas negociações que ocorreram entre colonizadores e povos nativos, mas especialmente na resistência contra o trabalho forçado.

Ademais, é necessário pontuar a política indigenista institucionalizada em 1757 por Marquês de Pombal no estado do Grão-Pará e Maranhão. Este conjunto de leis conhecido por “Diretório dos Índios” foi responsável por confiscar o poder administrativo que missionários jesuítas exerciam sobre os povos nativos, garantindo assim que a tutela destes sujeitos passasse a ser responsabilidade do Estado (Júnior, 2013). A prioridade do Diretório era integrar os indígenas na sociedade e criar neste uma noção de trabalho e disciplina atrelados aos ideais de civilização europeia. Logo, era interessante aos europeus constituir uma relação com os nativos para que assim pudessem garantir a inserção destes no mundo do trabalho, dentro dos moldes europeus de entender o mesmo, que como sabemos era distinto do modo indígena.

Geraldo Martires Coelho (2016) afirma que:

[...] Se a Companhia de Jesus estava no Grão-Pará para a evangelização dos índios, era bem-vinda; se o fim dos inicianos era controlar o trabalho indígena e evitar a sua escravização, o enfrentamento entre colonos e jesuítas seria inevitável.

Anunciava-se, pois, desde a primeira tentativa de estabelecimento da Companhia de Jesus no Grão-Pará, o que depois Vieira conheceria de forma dramática: a sua expulsão da Amazônia. (p. 118)

Nesse ponto, nota-se a distinção na forma de compreender os indígenas por parte dos colonos e missionários jesuítas presentes na região, os primeiros os entendiam como mão-de-obra indispensável para a realização da colonização e os últimos os viam como almas a serem convertidas e salvas. Esta diferença de tratamento, por muitas vezes gerava embates entre estes dois grupos, como mostrado no trecho acima, provocando disputas sobre quem iria administrar os povos nativos, visto que para os invasores europeus estes não possuíam “nem Fé, nem Lei, nem rei”⁴.

Além disso, uma das imposições feitas pelo Diretório era o pagamento de salários aos indígenas, visando incentivar o trabalho e evitar a improdutividade dos mesmos. No entanto, José Alves Júnior (2013) afirma que nem sempre haviam os pagamentos que eram de direito desses sujeitos, provocando descontentamento e fugas. As relações interpessoais entre indígenas e colonos desde o início da colonização fora constituída sob violência e não seria diferente na questão do trabalho, visto que os povos nativos não toleravam os abusos e explorações da sua mão-de-obra e resistiram por meio de fugas para o sertão, muitas vezes se abrigando ou fundando mocambos. Nesse sentido, percebe-se que o Diretório foi mais um mecanismo colonial de opressão aos povos indígenas, apesar de se apresentar como uma forma mais “justa” de tratamento, não deixou de explorá-los de maneira violenta e cruel.

Outra questão pertinente a ser analisada são os de mocambos, lugares onde se abrigavam aqueles que fugiam/desertavam, sujeitos que estavam insatisfeitos e resistiam contra o sistema colonial. De acordo com José Alves Júnior (2021), dentro destes locais estavam reunidos grupos diversos – indígenas, negros e entre outros – que acabaram estabelecendo relações de sociabilidade e experiências, formando assim uma rede de solidariedade baseada em negociações, alianças e concessões. Assim, nota-se as diferentes maneiras encontradas por estes sujeitos de resistir e sobreviver ao projeto de colonização, que por vezes tentou reprimir suas subjetividades, cultura e visões de mundo, promovendo a marginalização e silenciamento de atores fundamentais na construção da sociedade brasileira.

1.2 - A escravização e tráfico de africanos no Grão-Pará

⁴ GANDAVO, Magalhães Pero. Tratado das Terras do Brasil, 1570.

A inserção de escravizados africanos no Grão-Pará e Maranhão ocorreu devido a dificuldade que colonos e missionários jesuítas possuíam em manter e administrar o trabalho forçado da mão-de-obra indígena. Como já supracitado, houveram muitas dificuldades em administrar e criar políticas de tutela para esses sujeitos, o que ocasionava insatisfação e prejuízo àqueles que fossem proprietários de escravizados indígenas. Sendo assim, as demandas por envio de escravizados africanos para a região amazônica era algo comum, presente em várias fontes (Júnior, 2021).

Nesse sentido, o envio de escravizados africanos para o norte se intensificou e passou a suprir, em parte, a demanda de trabalho que estava em baixa devido às problemáticas referentes à mão-de-obra indígena – fugas, epidemias e etc. Outro ponto a ser destacado são a disputa entre os colonos para a obtenção de escravizados e os preços cobrados para a venda desses sujeitos – mesmo com o incentivo financeiro da metrópole portuguesa os preços estavam muito acima do que alguns colonos poderiam pagar (Júnior, 2021).

A solução para a falta de escravizados indígenas não foi solucionada com a inserção de escravizados africanos no Grão-Pará. Os custos para obtê-los e mantê-los eram elevados e a ausência de trabalhadores continuou aumentando o descontentamento não só dos colonos, mas também dos governantes, visto que isso também representava um problema para a economia local. Isto posto, podemos entender que a inserção de escravizados africanos na Amazônia, acrescentou mais ainda à diversidade étnica e cultural da região, que já se encontrava bastante rica antes mesmo da chegada do colonizador europeu.

Sobre o tráfico de africanos escravizados para a região amazônica, Rafael Chambouleyron (2006) afirma que:

Em inúmeros textos seiscentistas escritos do e sobre o Estado do Maranhão, a imagem de que o Estado do Brasil só havia prosperado graças ao uso de africanos torna-se um argumento fundamental para defender o urgente envio de escravos da África para a região, situação que também se projetou ao longo de todo o século XVIII [...] (p.80)

A presença de escravizados africanos na Amazônia era de grande interesse para os colonos, mas também para os governantes, uma vez que o desenvolvimento do até então Estado do Maranhão e Grão-Pará era algo que interessava e preocupava os mesmos. No entanto, a empreitada de conseguir mão-de-obra africana para a Amazônia passou por vários percalços. Chambouleyron (2006) argumenta que todas as dificuldades enfrentadas pela Coroa portuguesa no tráfico de escravizados africanos resultou na criação da Companhia de Comércio do Maranhão, que visava resolver os problemas de mão-de-obra na região como também criar relações de comércio com portos africanos, especialmente em Guiné.

É necessário ressaltar as lutas de resistência travadas por africanos e afrodescendentes contra o sistema colonial que os escravizou. As formas de resistir a escravização mais conhecidas e praticadas eram as fugas e por meio destas, os escravizados africanos construíram novas formas de convívio e sobrevivência a partir da criação de mocambos/quilombos. Benedito Costa Barbosa (2014) afirma que as fugas de africanos no Estado do Maranhão e Grão-Pará era algo que preocupava bastante os colonos e as autoridades, pois atrapalhavam o trabalho de colheita nas fazendas e causavam desordem, sendo necessário a intervenção de governantes exigindo que fossem feitas a recaptura desses sujeitos por soldados auxiliados por indígenas que conheciam a região.

É importante pontuar que a partir das formações de mocambos eram estabelecidos contatos entre africanos e indígenas, uma vez que geralmente estes locais eram constituídos por ambos. Entretanto, as relações interpessoais estabelecidas entre estes sujeitos estavam baseadas em rede de interesses, onde as suas relações eram de cumplicidade ou de conflito (Barbosa, 2014, p.99). Nesse contexto, é possível notar a agência de escravizados africanos e afrodescendentes em oposição a escravidão e ao projeto colonial europeu do qual ela fazia parte, que deixou como herança colonial desigualdades que se manifestam na sociedade brasileira do tempo presente.

Diante disso, a necessidade de africanos e indígenas em resistir à dominação colonial portuguesa possibilitou que ambos os grupos constituíssem redes de solidariedade que se estenderam para o âmbito cultural, religioso e entre outros. Conforme Agenor Sarraf Pacheco (2016), indígenas pacajás do Marajó tiveram contato com escravizados africanos fugidos do Maranhão e com eles desenvolveram o hábito de usar vestimentas. O autor afirma a importância de entender os contatos afroindígenas e suas heranças na região e cultura marajoara.

Logo, atentar-se às relações estabelecidas entre esses povos nos permite pensar estes como sujeitos ativos na sociedade colonial amazônica e fundamentais para a construção de nossa cultura, seja em aspectos religiosos, patrimoniais, na medicina popular – benzedadeiras, banhos de cheiro e etc – na gastronomia, na agricultura e entre outros. Isto posto, compreender a importância desses sujeitos e as relações afroindígenas estabelecidas nesse período nos permite analisar a história regional a partir da agência desses grupos.

O movimento da Cabanagem – ocorrido no período regencial – é um exemplo disso, onde sujeitos de diversos grupos sociais, especialmente os marginalizados, lutaram contra o domínio e abusos das autoridades locais. Sendo assim, as formas de resistência encontradas por estes sujeitos para sobreviver às adversidades impostas pela colonização, devem ser

evidenciadas e valorizadas para que assim sejam rememoradas e entendidas como uma forma de entrar em contato com as raízes e ancestralidades amazônicas.

A partir destas análises pretende-se descortinar e indicar as contribuições de africanos e afrodescendentes escravizados para a sociedade amazônica no período colonial e no tempo presente. A presença desses sujeitos em nossa região muitas vezes não é lembrada⁵, uma vez que quando se fala de escravização na Amazônia somos remetidos ao cativeiro de povos nativos, mas é necessário destacar que não havia somente um grupo sendo explorado pela colonização.

1.3- Protagonismo dos trabalhadores na construção da igreja de Santo Alexandre

A exploração de mão-de-obra de obra indígena, africana e mestiça para sustentar os vários âmbitos da sociedade colonial amazônica não é um fenômeno atípico, porém revelar os nomes desses sujeitos e seus ofícios é algo fundamental a se fazer. O silenciamento de atores fundamentais na construção da sociedade brasileira – neste caso, a sociedade da região amazônica – é uma problemática antiga que aos poucos vem sendo superada, a partir de novas perspectivas historiográficas. Tais perspectivas, em sua maioria, são frutos de uma corrente de pensamento decolonial, comprometida em desconstruir estereótipos atribuídos a grupos marginalizados e também na valorização dos mesmos, compreendendo-os como atores principais dentro de sua própria história.

Diante disso, é necessário destacar que esses sujeitos exerciam trabalhos para além das fazendas ou do ambiente doméstico, os mesmos também atuavam em ofícios no meio urbano. Segundo Marley Silva e Benedito Barbosa (2020), os escravizados africanos exerciam diversas atividades especializadas nos centros urbanos, eram artesãos, sangradores e outros. Nesse sentido, é possível constatar a existência de mão-de-obra qualificada e também experiente, sendo bastante procurada pelos habitantes da cidade.

Em relação aos ofícios especializados exercidos por africanos, indígenas e mestiços observa-se a inserção destes nos ambientes de construção de diversas edificações. De acordo com Leandro Raiol Júnior (2021), o forte de Macapá – erguido durante o período onde a coroa portuguesa visava definir as fronteiras e proteger o seu território contra outros invasores – contou com a participação de uma expressiva quantidade de trabalhadores, dentre eles estavam indígenas, negros, homens livres e outros.

⁵ Ver: SALLES, Vicente **O negro na formação da sociedade paraense: textos reunidos**; Editora: Paka-Tatu, 2004.

O autor pontua a atuação desses sujeitos em obras na vila de Macapá, que em meados do século XVIII passava por mudanças (Júnior 2021, 131). Nesse contexto, são formadas redes de sociabilidade fundamentais para manter o funcionamento da região e descortinar a presença desses sujeitos no cotidiano desses locais, entendendo-os como agentes históricos e participantes ativos na sociedade colonial que estavam inseridos.

Ademais, o cotidiano das vilas era transformado por essas obras, causando impactos nas diversas camadas sociais. Devido à construção do forte de Macapá no século XVIII, houve o aumento de trabalhadores para a realização das obras e isso afetou diretamente o fornecimento de alimentos para a região, promovendo a falta de suprimentos. Sendo assim, é perceptível que a mobilização da mão-de-obra especializada para a prestação de serviços nas vilas de colonos era algo essencial para o seu desenvolvimento, atestando assim a importância desses trabalhadores para a sociedade amazônica colonial.

Décio Guzmán e Leonardo Raiol (2019) afirmam que:

[...] ora os indígenas estavam trabalhando em construções de prédios administrativos (gabinetes, fortalezas, praças e órgãos do governo), ora em prédios religiosos, como igrejas ou conventos, ora nas construções de casas para os moradores das vilas e aldeias. Essa configuração denota uma expressiva circulação da mão de obra indígena [...]

Nesse sentido, percebe-se a importância desses sujeitos no cotidiano e no funcionamento das atividades em vilas da região amazônica. O trabalho forçado ao qual os indígenas eram sujeitos, era de grande importância para os colonos, como já mencionado, eles exerciam os mais variados tipos de ofícios e contribuíam para o desenvolvimento das localidades. Tornando-se imprescindível difundir publicamente as contribuições desses sujeitos, dando-lhes reconhecimento e crédito por seus trabalhos.

Ainda nesse raciocínio, Marley Silva e Benedito Barbosa (2020) discutem que:

O jesuíta Serafim Leite mostra que na relação dos trabalhadores das obras do colégio e da igreja do Pará em 1718 constavam índios e negros pertencentes a diversas fazendas matriculados para apreender os ofícios de pedreiro, ferreiro, carpinteiro, alfaiate, tecelão, classificados na categoria de oficiais mecânicos (Leite, 1953). Na segunda metade do século XVIII, com as transformações socioeconômicas que Belém passou, resultado das políticas pombalinas, cresceu a necessidade de mais trabalhadores especializados, dentre eles africanos, para a construção e restauração de muitas outras obras, em especial igrejas [...] (p. 114).

A presença desses sujeitos em obras de construção de igrejas coloniais, que hoje são consideradas como patrimônio, é o tema central deste trabalho. Sendo assim, é importante

frisar a participação dos trabalhadores envolvidos nesse contexto, uma vez que seus conhecimentos e suas subjetividades sem dúvida foram de grande ajuda para a realização de projetos arquitetônicos. A mão-de-obra e o trabalho forçado de negros, indígenas e mestiços escravizados ou livres foi e continua sendo subestimada e silenciada, valoriza-se aquilo que “vem de fora”, notadamente aquilo que provém do colonizador europeu.

Nesse contexto, o trabalho de Décio Guzmán (2015) nos mostra como esses sujeitos possuíam grande habilidade em trabalhos manuais e eram sempre requisitados para a construção de igrejas, embora os colonizadores fossem relutantes em reconhecer a habilidade desses indivíduos. A construção da igreja de Santo Alexandre se deu a partir da exploração da mão de obra de indígenas, de pessoas escravizadas e de mestiços, que tiveram o seu trabalho como artistas direcionado para a decoração de igrejas e a construção e manutenção dos colégios jesuíticos.



Fonte: Camilo Ferreira Blog, Belém, 17 de abril de 2016. Acessado em 11 de setembro de 2023

A habilidade dos sujeitos indígenas nos serviços de construção era algo conhecido por todos, mas havia relutância em reconhecê-los como sujeitos habilidosos e competentes, uma vez que só os consideravam dessa maneira quando estavam trabalhando nas missões dos jesuítas ou para moradores brancos da região, pois para eles quando os nativos estavam em seu próprio espaço não realizavam ofício algum (GUZMÁN, 2015).

A identidade desses trabalhadores está descrita na transcrição do “*Catálogo deste Colégio de Santo Alexandre, seus bens, oficinas, fazendas, servos, gados, dispendios e dividas activas e passivas*” presente no volume II da tese de doutorado de Renata Maria de Almeida Martins (2009). A seguir, um quadro formulado com estas informações:

QUADRO 1 - INFORMAÇÕES SOBRE OS OFICIAIS DO COLÉGIO DE SANTO ALEXANDRE

Nome	Ofício	Identidade	Lugar	Condição de
------	--------	------------	-------	-------------

		étnica		trabalho
Francisco Massus	Pedreiro	Preto	Fazenda de Jaguari	Escravo
Manuel Garcia	Pedreiro	Preto	fazenda de Jaguari	Escravo
Estevão	Pedreiro	Preto	Fazenda de Jaguari	Escravo
Manuel	-	Preto	Fazenda de Gibirié	-
Mathias	-	Índio	Fazenda de Gibirié	-
Cayetano	-	Índio	Fazenda de Mamayacu	Forro
Cazimiro	Ferreiro	Índio	Fazenda de Gibirié	-
Sylvestre	Ferreiro	Índio	Fazenda de Gibirié	-
Pero	Ferreiro	Preto	Fazenda de Gibirié	-
Lazáro	Ferreiro	Preto	Fazenda de Gibirié	Forro
Miguel	Ferreiro	Preto	Fazenda de Jaguari	Escravo
Ignácio	Ferreiro	Preto	Fazenda de Jaguari	Escravo
Ignácio	Carpinteiro	Preto	Fazenda de Jaguari	Escravo
Feliz	Carpinteiro	Preto	Fazenda de Jaguari	Escravo
Antonio Guaiapi	Carpinteiro	Índio	Fazenda de Mamayacu	-
Raymundo Tupinambá	Carpinteiro	Índio	Fazenda de Mamayacu	-
Mandu Gregório	Carpinteiro	-	Fazenda de Mamayacu	-
Severino	Carpinteiro	Índio	-	-
João	Carpinteiro	Índio	-	-
Mandú	Carpinteiro	Preto	Engenho de Ibyrajuba.	Escravo
Marçal	Escultor	Índio	Fazenda de Gibirié	Escravo
Ângelo	Escultor	Índio	Fazenda de Gibirié	Escravo
Faustino	Escultor	Índio	Fazenda de Gibirié	Escravo
Antônio	Torneiro	Índio	Fazenda de Gibirié	Escravo
Clemente	Torneiro	Índio	Fazenda de Gibirié	Escravo
Francisco	Alfaiate	Preto	Fazenda de Jaguari	Escravo

Duarte	Alfaiate	Índio	Fazenda de Jaguarari	-
Antonio Corcovado	Alfaiate	Preto	Fazenda de Jaguarari	Escravo
Januário	Tecelão	-	Fazenda de Gibirié	-
Antonio	Tecelão	-	Fazenda de Mamayacu	Forro

Fonte: MARTINS, Renata M. de A. *Tintas da Terra, Tintas do Reino: Arquitetura e Arte nas Missões Jesuíticas do Grão-Pará (1653-1759)*. Tese Doutorado, FAU-USP, 2009, vol. II.

A partir deste quadro podemos conhecer em parte quem são essas pessoas, seus nomes, suas identidades étnico-raciais e suas funções dentro do Colégio. Estão nomeadas as fazendas jesuítas⁶ das quais esses sujeitos eram selecionados de acordo com suas habilidades e encaminhados para realizar estes trabalhos nas vilas, tanto para colonos como para missionários. É de suma importância termos esta fonte documental, que nos permite atestar a presença desses indivíduos na sociedade amazônica como um todo, onde temos a sua contribuição em diversos âmbitos, mas que ainda é desconhecida para o senso comum. Diante disso, investigar os prováveis motivos desse desconhecimento é um dos propósitos do segundo capítulo deste trabalho.

Nesse contexto, Domingos de Castro (2018), discorre que os missionários europeus se demonstraram surpresos com a capacidade e aptidão artísticas dos indígenas, uma vez que através do olhar colonizador os indígenas eram considerados “selvagens”. No entanto, o autor afirma que os povos nativos já produziam arte antes da chegada dos colonizadores, algo que pode ser corroborado por meio de séculos de produção de cerâmicas, cestarias, pinturas corporais e entre outros. Castro argumenta que esses encontros culturais geraram trocas de saberes entre ambas as partes, mas que se habituou a pensar em uma troca de sentido único, onde o colonizador impõe seus conhecimentos ao colonizado.

Outrossim, é necessário ressaltar que esses sujeitos deixaram marcas de sua subjetividade na construção da Igreja de Santo Alexandre. Em muitas esculturas é possível notar que os traços fisionômicos dos personagens se assemelham ao do homem nativo e não ao do colonizador europeu. Castro pontua que é possível que os materiais utilizados na

⁶ As fazendas jesuítas eram de extrema importância para os missionários, visto que a partir delas eles obtinham recursos alimentícios, mão-de-obra especializada e também eram fontes de renda indispensáveis. De acordo com Raimundo Moreira Neto (2012), a fazenda de Jaguarari possuía atividades diversificadas, como por exemplo a produção de cachaça e farinha, o cultivo de milho, cacau e café. Além disso, a fazenda de Gibirié produzia insumos para a construção de embarcações, plantio de café e contava com oficinas de ferreiros e tecelões. VER: NEVES NETO, Raimundo Moreira. **Um patrimônio em contendas: os bens jesuítos e a magna questão dos dízimos no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1650-1750)**. Jundiá: Paco Editorial, 2013.

execução de elementos ornamentais em tetos da igreja tenham sido produzidos utilizando matéria-prima da região, a partir dos conhecimentos indígenas acerca das plantas, animais e minerais que eram utilizados na fabricação de pigmentos para pintura corporal e de utensílios. Nesse contexto, são perceptíveis os encontros e as trocas culturais entre estes agentes, como também fica explícito o silenciamento da identidade de muitos desses sujeitos que foram fundamentais, mas que foram e ainda são tidos como personagens secundários dentro desse processo.

(Anjo Tocheiro da antiga Igreja de São Francisco Xavier.)



Fonte: Renata Maria de Almeida Martins, Belém do Pará, 2008).

Ainda sobre as oficinas jesuítas, Iaci Iara de Melo (2010) afirma que:

A exemplo de outras ordens regulares, a Companhia fez surgir escolas de pintura e escultura destinadas a índios, negros e mestiços, para a auto-suficiência da produção plástica e a conseqüente diminuição da dependência do envio de peças sacras de Portugal. (p.73)

Com base neste trecho, podemos entender melhor as questões que permeavam o cotidiano das oficinas. Além da falta de material para a realização das obras, resultando na busca de substitutos para tais, como mencionado acima, havia também a escassez de mão-de-obra especializada. Sendo assim, os missionários instituíram as oficinas buscando solucionar a falta de oficiais pintores, escultores e entre outros.

Apesar das trocas culturais entre esses sujeitos durante as missões religiosas, as tentativas de evangelização desses sujeitos pelos missionários ocasionaram, por muitas vezes, a descaracterização de práticas desses povos (BANIWA, FELIPE; pg.105) resultando muitas vezes na perda de elementos tradicionais de diversas etnias, principalmente das línguas faladas por elas. Apesar disso, avanços têm acontecido atualmente, onde os povos nativos estão promovendo um movimento de reivindicação sobre suas culturas e práticas ancestrais

bem como a luta pela demarcação de suas terras. Porém, isso não significa que as opressões, violências e discriminações contra os povos indígenas tenham acabado, pelo contrário, estes têm resistido firmemente contra a invasão de suas terras pelo agronegócio e pela manutenção e preservação do meio ambiente.

Além disso, outro lugar onde podemos encontrar o trabalho de artesãos negros é na Igreja do Rosário dos Homens Negros em Belém⁷. De acordo com Jussara Derenji e Jorge Derenji (2009):

É curioso verificar nessa igreja, como ocorre em outras de Belém, a característica feição mulata ou cabocla das cabeças de anjos que as decoram. No caso, a alusão é clara: acentua-se e valoriza-se a origem dos responsáveis pela construção, escravos e mestiços paraenses. (p. 158)

Dessa forma, é reforçado o fato de que esses artesãos deixaram marcas de sua subjetividade em suas obras – como já supracitado – e mostrá-las e valorizá-las é de extrema importância. Além disso, é possível pensar essas obras como uma forma de resistir ou talvez tentar tornar o processo de colonização e escravização mais suportável a partir da utilização de elementos que são conhecidos por esses sujeitos. O exemplo mais conhecido é o sincretismo de religiões de matriz africana com o cristianismo, onde escravizados africanos utilizavam elementos católicos para assim manifestar suas tradições sem que sofressem represálias.

A colonização como um processo que exerceu controle físico e sobre a subjetividade dos indivíduos promoveu o silenciamento e invisibilização das culturas desses povos, na sua participação na construção do Brasil e nas formas de resistência dos mesmos a esse processo. Nesse contexto, a imposição da cultura do colonizador sobre a do colonizado se deu a partir de um processo violento, que não foi apenas físico, mas também simbólico que é percebido quando há a valorização de uma cultura em detrimento da outra.

É de extrema importância apresentar a identidade e contribuição desses sujeitos nos processos históricos, especificamente nesta pesquisa, a participação de indígenas, negros e mestiços na construção de Santo Alexandre e todo o complexo artístico que envolve este patrimônio. Nesse sentido, mobilizar o conceito de memória é um elemento essencial para

⁷ Segundo Marcio Couto (2009), as atividades da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Negros teriam se iniciado por volta de 1692 e sua igreja, construída na Campina, havia sido demolida em 1725 para dar espaço a uma construção nova e que melhor atendesse os seus fiéis. Nesse contexto, as irmandades de escravizados eram centros de expressão cultural e política, onde os interesses desses sujeitos eram discutidos e defendidos e suas vivências eram compartilhadas. VER: HENRIQUE, Márcio Couto. Irmandades escravas e experiência política no Grão-Pará do século XIX. **Revista de Estudos Amazônicos**, v. 4, n. 1, p. 31-51, 2009.

descortinar a identidade destes sujeitos, visto que é necessário pensar a memória do espaço da Igreja de Santo Alexandre para além dos jesuítas e pensar neste local como também um espaço de memória dos sujeitos que fizeram parte de sua construção.

Diante disso, é imprescindível entender a memória como um agente importante que está sujeito a transformações e mudanças constantes. Para Michel Pollack (1992), a memória é um fenômeno construído, visto que a sua organização se dá em razão de inquietações pessoais e políticas. Logo, é fundamental evidenciar e construir a ideia de que o espaço de Santo Alexandre pode ser um lugar de memórias diversas. Para isso, é necessário destacar a presença de indígenas, negros e mestiços na história desse local, reconhecendo-os como agentes importantes e essenciais não só para aquele espaço, mas também para o funcionamento do corpo social da época como um todo, uma vez que a força de trabalho destes foi e continua sendo o pilar da sociedade brasileira.

Segundo Capítulo - O imaginário sobre a igreja de Santo Alexandre

2.1. Conceito de imaginário

Esse capítulo apresentará uma análise sobre os questionários aplicados durante a visita à igreja de Santo Alexandre, onde também está localizado o Museu de Arte Sacra de Belém. O questionário é composto por 6 perguntas, das quais 4 são objetivas e 2 discursivas. Este foi enviado para a turma de 2021 de calouros do curso de História da Universidade Federal do Pará do campus de Ananindeua, para que os mesmos respondessem após a visita feita ao local.⁸ Dessa forma, esse material tem como objetivo, compreender o imaginário que os indivíduos que visitam o espaço da Igreja de Santo Alexandre no tempo presente têm sobre os trabalhadores que construíram esse patrimônio.

A fonte documental, como já mencionada, é fundamental para contrapormos a ideia do senso comum relacionada a autoria da construção da Igreja de Santo Alexandre atribuída totalmente aos colonizadores. Nesse contexto, a partir do questionário e das respostas dos discentes podemos analisar melhor esta ideia e como ela está representada no imaginário coletivo.

O conceito de imaginário, segundo Sandra Pesavento (1995), tem relação com a concepção de representação. O imaginário pertence a um campo de representação que como expressão do pensamento se apresenta a partir de imagens e discursos. A autora afirma que o

⁸Entendemos a necessidade de uma educação patrimonial decolonial aliada ao ensino de história, por essa razão foram escolhidos graduandos para a realização desta pesquisa.

imaginário, na qualidade de representação, indica um sentido ou abrange uma significação para além do aparente. Dessa maneira, todas as sociedades ao longo do tempo produziram suas representações globais, sendo elas um sistema de ideias/imagens de representação coletiva, que por intermédio da mesma atribui-se uma identidade, legitima-se um poder e criam-se modelos para a conduta de seus integrantes.

O imaginário se caracteriza por um conjunto de modelos discursivos e imagéticos que por meio de sua rede simbólica produz ressonâncias e ressignificações, que pode atuar tanto como um suporte para a estrutura de poder vigente ou pode operar como importante força de transformação da realidade (Vahl; Vasconcellos, 2014). Conforme afirmado por Pesavento (1995, p. 250), “O imaginário social se expressa por símbolos, ritos, crenças, discursos e representações alegóricas figurativas.” Nesse contexto, analisar como os sujeitos produzem representações do mundo ao seu redor, de si próprios e a maneira como essa lógica atua dentro da sociedade, possibilita a compreensão dessas representações que estão presentes no imaginário coletivo.

Ainda sobre o conceito de imaginário, Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva (2009) afirmam que:

Imaginário significa o conjunto de imagens guardadas no inconsciente coletivo de uma sociedade ou de um grupo social; é o depósito de imagens de memória e imaginação. Ele abarca todas as representações de uma sociedade, toda a experiência humana, coletiva ou individual [...]

O imaginário faz parte do cotidiano e constitui-se a partir de figuras de memória que fazem parte da mentalidade coletiva de cada época. Além disso, é perceptível que as representações que compõem o imaginário não são fixas e se modificam conforme o período. É importante compreender o imaginário a partir da totalidade da estrutura social, ou seja, compreendê-lo levando em conta os vários elementos que a compõem como as relações de classe, a religião e entre outros.

Jorge D’Assunção Barros (2007) afirma que o historiador começa a fazer uma história problematizada quando utiliza os componentes do imaginário como um instrumento de compreensão da vida social, política, econômica e cultural. Nesse sentido, empregar o conceito de imaginário na presente pesquisa possibilita compreender qual representação os sujeitos que transitam pelo espaço da Igreja de Santo Alexandre no tempo presente têm sobre os trabalhadores que construíram este patrimônio.

2.2 Questionário sobre a visita da igreja de Santo Alexandre

Os questionários são compostos por quatro (4) perguntas fechadas e duas (2) subjetivas, foram aplicados aos visitantes da Igreja de Santo Alexandre utilizando o método de amostragem de agrupamento, que consiste em questionar indivíduos que pertencem a grupos definidos (grupo focal). A sistematização dos dados ocorreu a partir da construção de gráficos que auxiliaram a eleger as categorias de análise que contribuíram para traçar um perfil dos sujeitos da pesquisa servindo como base de informação sobre os mesmos. Dessa forma, entende-se que o uso de questionários é um instrumento importante na coleta de informações e na padronização uniforme dos dados recolhidos (Chaer; Diniz; Ribeiro, 2012).

As perguntas que compõem o questionário foram formuladas buscando inteirar-se sobre o nome, gênero, idade e escolaridade daqueles que o responderiam, além de questionamentos específicos sobre o objeto de pesquisa. A seguir, o quadro com as perguntas do questionário⁹ aplicado através da plataforma Google Forms:

QUADRO 2 - PERGUNTAS OBJETIVAS

Perguntas Objetivas
Nome
Idade
Gênero
Escolaridade

QUADRO 3 - PERGUNTAS SUBJETIVAS

Perguntas Subjetivas
Você já tinha algum conhecimento prévio sobre a Igreja de Santo Alexandre?
Você sabe quem construiu este lugar? Você consegue descrevê-los?

Nesse contexto, esse questionário a partir das duas últimas perguntas, pretendia proporcionar uma reflexão aos alunos acerca da construção da igreja de Santo Alexandre e quais os objetivos de sua construção e chamar a atenção para os povos não europeus, como personagens importantes e indispensáveis para a realização de diversos projetos arquitetônicos que hoje são tombados como patrimônios históricos. O questionário nos

⁹ O questionário completo consta nos Anexo I e II

possibilita conhecer e compreender as percepções dos alunos sobre a igreja de Santo Alexandre, que não necessariamente foram adquiridas após a visita ao local, mas que podem partir de conceitos que os mesmos já possuíam anteriormente a visita.

Através desses questionamentos propostos é possível pensar novas abordagens sobre este patrimônio, como sendo um espaço de memórias diversas capazes de promover inquietações e ressignificações importantes dentro desse espaço, possibilitando novas maneiras de se compreender o patrimônio em nossa cidade. Assim, é possível estabelecer algumas indagações como: Quais as reflexões a visita ao museu trouxeram aos alunos? De que forma essas reflexões podem ser compreendidas? No próximo tópico, pretende-se responder essas perguntas através da análise das respostas do questionário.

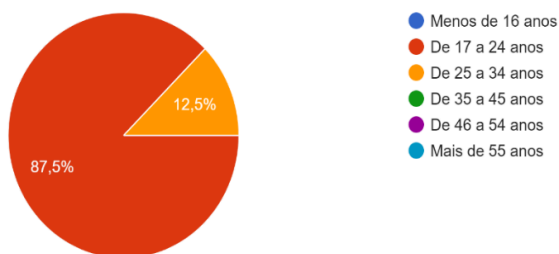
2.2.1 Respostas objetivas no questionário

Em primeiro lugar, é relevante pontuar que foram obtidas 24 respostas e inicialmente serão apresentadas as respostas das perguntas objetivas, que tinham como objetivo principal traçar um perfil dos sujeitos da pesquisa, visando promover uma melhor sistematização dos dados obtidos e posteriormente as perguntas abertas específicas referentes ao tema da pesquisa.

A seguir, os dados adquiridos através das perguntas objetivas organizados respectivamente por gráficos de idade, gênero e escolaridade:

Gráfico 1 – Idade

Idade:
24 respostas



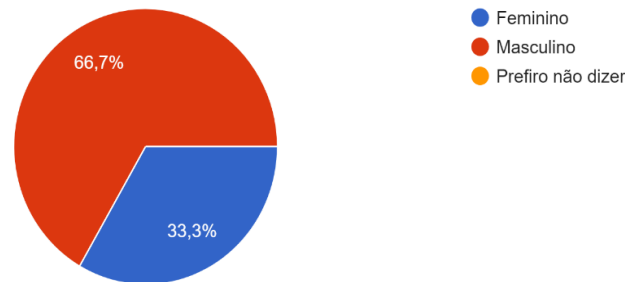
Fonte – Google Forms

Com base nas respostas obtidas e sistematizadas no gráfico acima, é possível constatar que a maioria dos discentes têm entre 17 e 24 anos. Dentre estes, 15 (quinze) responderam

que não possuíam conhecimento prévio sobre a igreja de Santo Alexandre e 12 (doze) dos mesmos não souberam identificar quem havia construído a igreja.

Gráfico 2 – Gênero

Gênero:
24 respostas

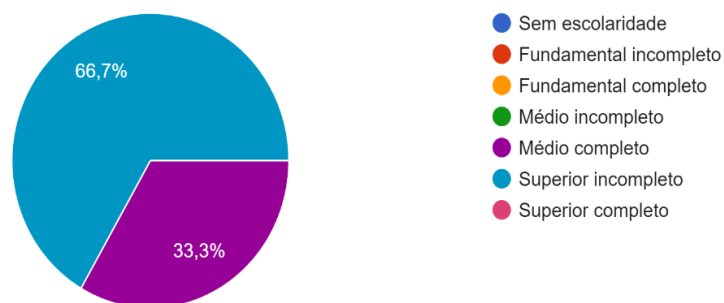


Fonte – Google Forms

Seguindo esse raciocínio, a maioria dos discentes que participaram da pesquisa se identificam com o sexo masculino. Dos quais 13 (treze) informaram não possuir conhecimento prévio sobre a igreja de Santo Alexandre e 11 (onze) dos mesmos não conseguiram identificar quem havia construído a igreja. Em contrapartida, o número de discentes do sexo feminino que tiveram respostas afirmativas corresponde há metade do total de entrevistadas, enquanto mais da metade dos entrevistados do sexo masculino responderam que “não” para ambas as perguntas.

Gráfico 3 – Escolaridade

Escolaridade:
24 respostas



Fonte – Google Forms

No gráfico indicado acima, a maioria dos discentes afirmaram ter o ensino superior incompleto uma vez que ainda estavam cursando a graduação. Isto posto, 12 (doze) informaram não possuir conhecimento prévio sobre a igreja de Santo Alexandre e 8 (oito) dos mesmos não souberam identificar os construtores da igreja. Nesse contexto, houveram duas respostas de discentes que afirmam ter adquirido conhecimento sobre os construtores da igreja de Santo Alexandre a partir das aulas e textos da graduação. Isso pode nos dizer que quanto mais escolaridade e mais conhecimento, é possível divergir das ideias do senso comum.

2.2.2 Respostas abertas no questionário

Nesse tópico iremos analisar as respostas das perguntas abertas, levando em consideração a sua profundidade e abrangência, ou seja, se as respostas foram extensas ou não e se os alunos conseguiram respondê-las relacionando ao tema. Ademais, como a pesquisa foi realizada utilizando a técnica de grupo focal, pretendemos identificar as percepções e ideias dos alunos sobre este tema.

Inicialmente, examinaremos as respostas referentes à primeira pergunta aberta que diz respeito à existência de algum conhecimento prévio sobre a Igreja de Santo Alexandre por parte dos discentes. Isto posto, foram conferidas dezessete (17) respostas nas quais os discentes afirmaram não possuir um conhecimento prévio sobre o local e sete (7) confirmando possuírem. As respostas negativas foram no geral sucintas e diretas, assim como as afirmativas, exceto duas onde os discentes mostraram ter conhecimento sobre o espaço devido às aulas e textos do curso.

Dentre as respostas afirmativas, percebeu-se que estas estavam ligadas ao fato do local ser o Museu de Arte Sacra de Belém e por estar relacionado aos jesuítas, como representado a seguir por uma das respostas: “Sim, sabia que a igreja de Santo Alexandre foi a sede da companhia de Jesus na cidade de Belém do Pará na época do Brasil Colônia e, que atualmente abriga o Museu de Arte Sacra do Pará.”

Apenas em uma das respostas afirmativas fora reconhecida a presença indígena naquele espaço: “Apenas os adquiridos nas aulas do curso. Como o fato da importância dos conhecimentos indígenas não só para a construção, mas nos detalhes presentes no lugar.”

Dessa maneira, faz-se necessário entender esse patrimônio a partir das pessoas que trabalharam na construção da igreja, neste caso os indígenas, pessoas escravizadas e mestiços,

redirecionando a ideia dos jesuítas como os personagens principais na história desse lugar e contribuindo também para a criação de uma nova perspectiva acerca da Igreja de Santo Alexandre. Além disso, questionar o porquê estes são invisibilizados torna-se imprescindível para a construção de uma educação patrimonial que valorize esses sujeitos e a sua história, bem como, é capaz de proporcionar um encontro real e genuíno com nossas origens e ancestralidades.

A segunda pergunta, referente a autoria da construção da igreja, recebeu quatorze (14) respostas afirmando não saber caracterizar os construtores da igreja e dez (10) respostas caracterizando-os. É possível perceber uma dissonância entre os dados coletados, pois alguns discentes afirmaram não ter conhecimento prévio sobre o local, mas conseguiram deduzir que foram os sujeitos indígenas, escravizados e mestiços que realizaram a construção da igreja.

Dentre as repostas afirmativas seis discentes atribuíram totalmente ou parcialmente a construção da igreja aos europeus e jesuítas, como apresentado em algumas respostas a seguir: “Foi idealizada pelos Jesuítas, mas teve a mão de obra indígena em sua construção com base na arquitetura apresentada pelos europeus.” e “Acredito que Landi, Brunelli.. Não estou certo.”. Nessa perspectiva, o trabalho de construção, não só da igreja de Santo Alexandre, mas também de outras edificações do período colonial foram feitas pelas mãos de indígenas, pessoas escravizadas e mestiços que deixaram marcas de sua subjetividade na construção desses monumentos, mas esses aspectos ainda continuam sendo historicamente invisibilizados, logo, é imprescindível reconhecê-los como agentes de sua própria história que também é a história do próprio Brasil.

A seguir algumas respostas nas quais fora atribuída totalmente a construção aos indígenas: “Certamente foi construída pelos indígenas do período, assim como grande parte das construções feitas”, “O lugar foi erguido pela por força de trabalho indígena”, “Não, mas acredito que a mão de obra foi indígena.” e “Os indígenas”. Apenas uma das respostas apresentou certa profundidade e abrangência, apresentada adiante:

“Quem construiu foram os artistas indígenas e também alguns africanos, (pedreiros, carpinteiros, ferreiros, escultores etc.), os quais usavam seus trabalhos, habilidades, criatividade técnicas iconográficas para produzirem objetos e edifícios em decorrência da influência dos missionários da companhia de Jesus e que em sua maioria, os indígenas já estavam catequizados.”

A partir destas respostas podemos verificar que há uma menção implícita às oficinas jesuíticas. Renata Martins (2009) destaca a importância dos conhecimentos indígenas que auxiliaram nas construções e nas oficinas jesuíticas, pois muitas vezes era necessário adaptar técnicas e materiais europeus para a realidade amazônica e esses sujeitos eram essenciais

nessa dinâmica. Martins destaca que houve diversas trocas de experiências e práticas artísticas na conjuntura das missões no Grão-Pará. Sendo assim, é fundamental pontuar que havia uma diversidade étnico e cultural entre os trabalhadores da Igreja de Santo Alexandre, visto que quem ocupavam estes lugares eram indígenas, negros e mestiços que em sua maioria eram escravizados e desempenhavam diferentes funções, entre as quais estavam as de escultores, carpinteiros e pintores.

A partir desta análise podemos perceber a necessidade de se construir e descortinar narrativas que promovam reflexões acerca dos patrimônios e contribua para a formação crítica e social dos alunos e da sociedade brasileira como um todo. Desse modo, é fundamental pensarmos as fontes documentais por um viés decolonial, onde a história e cultura de outros povos seja reconhecida e valorizada.

2.3 A importância de indígenas, negros e mestiços para a construção da igreja de Santo Alexandre como patrimônio histórico

O patrimônio, seja ele material ou imaterial, é capaz de simbolizar a história, a identidade e a memória de uma população. É importante destacar que quem determina oficialmente o que é patrimônio é o Estado, isso pode acontecer devido a uma demanda popular ou não, e ao fazer essa escolha, ele seleciona a memória de um grupo que será valorizada e produz sobre ela um discurso oficial, por conseguinte acaba invisibilizando a história e a memória de outros grupos, que em sua maioria são compostos por sujeitos que tiveram sua cultura historicamente silenciada e marginalizada. Diante disso, é fundamental pontuar como o processo de colonização no Brasil foi violento e explorador, resultando no apagamento e silenciamento sistemático da cultura dessas populações (Siqueira, 2020).

A ideia de uma identidade nacional comum a todos os brasileiros e baseada em uma herança europeia foi a razão pela qual se institucionalizou a política de preservação aplicada no Brasil em meados do século XX. Para Átila Tolentino (2018) um determinado conceito de nação espelhado em moldes europeus possibilitou o surgimento de práticas preservacionistas no Brasil, as quais têm impactos até os dias atuais, principalmente se considerarmos a narrativa de identidade nacional desenhada pelos bens patrimoniais administrados pelo Estado, que levam em consideração os “grandes homens e seus feitos”.

Nesse sentido, é importante compreendermos as diversas referências culturais e sociais visando romper com a noção de uma identidade nacional homogeneizadora. Para além disso, é essencial questionar as memórias historicamente invisibilizadas e marginalizadas de grupos

sociais não dominantes, que convivem historicamente com o racismo, a segregação e discriminação, resultando na construção de uma imagem e história negativa desses grupos, visando justificar atitudes hostis, em relação a estes sujeitos.

Ainda sobre esta questão, Emanuel Braga (2018) discorre:

[...] Os índios e os negros, vistos como “populares por natureza”, são esquadrihados como parte complementar (e fundamental) das obras de arte e dos bens materiais históricos tombados como patrimônio nacional: a parte do serviço braçal. Supõe-se, então, que eles ajudaram a construir, sob orientação intelectual luso-brasileira, as igrejas, o casario, os altares passíveis de patrimonialização. Foram as mãos, os suores, os corpos, em oposição à mente e à criatividade civilizatória. Não se concebe, na alegoria do “patrimônio de pedra e cal”, que índios e negros possam ter arquitetado ou idealizado artisticamente nossos monumentos edificadas. (Braga, 2018, p. 453).

É preciso subverter esta lógica, que apresenta esses sujeitos marginalizados como seres passivos ao projeto colonial, sem levar em consideração a sua participação na construção do Brasil e nas formas de resistência dos mesmos dentro desse processo. Logo, é de extrema importância apresentar a contribuição desses sujeitos nos processos históricos, especificamente nesta pesquisa, a participação de indígenas, negros e mestiços na construção de Santo Alexandre e todo o complexo artístico que envolve este patrimônio.

Em adição a isso, compreender o objeto cultural, neste caso a Igreja de Santo Alexandre, levando em consideração a contribuição fundamental de indígenas, africanos e mestiços na construção deste espaço, possibilita atribuir novos significados a este patrimônio. Alice Fonseca (2011) argumenta que não só o objeto cultural indígena, mas como também de outras culturas podem promover o aprendizado de técnicas, crenças e tradições por parte dos estudantes não pertencentes a elas, permitindo conhecer vivências diversas.

Nessa perspectiva, atentar-se para o trabalho de construção da igreja realizado por sujeitos não brancos, torna possível a valorização de suas culturas, modos de viver e entender o mundo uma vez que estes deixaram marcas de sua subjetividade na construção desse lugar. São nítidas as trocas culturais presentes neste espaço, como também fica evidente o silenciamento de muitos desses sujeitos que foram fundamentais, mas que continuam sendo tidos como personagens secundários dentro desse processo.

Sobre isso, Carmem Gil e Carla Meinerz (2017) argumentam que:

[...] pensar o patrimônio cultural indígena e afro-brasileiro, tramado nos processos de dominação e opressão pós-colonial. É, em síntese, uma chave de leitura

para compreender como a memória de tais grupos tem lugar ou não lugar nas instituições de memória.

Dessa maneira, é imprescindível problematizar e findar com os silenciamentos impostos a história e memória destes sujeitos, uma vez que a marginalização da identidade e cultura no tempo presente são frutos de séculos de opressões e violências. Para tal, é fundamental pensarmos as suas contribuições e suas heranças deixadas sejam elas materiais ou subjetivas, pois quando lembradas nos ajudam a pensar e agir de maneiras que subvertem a lógica colonizadora imposta, possibilitando a descolonização de relações, pensamentos e entre outros.

Ainda neste raciocínio Gil e Meinerz, discutem que os museus, entendidos como espaços para a preservação da cultura material, reafirmaram e ainda reafirmam uma memória nacional que expõe e valoriza objetos e ideias relacionadas ao âmbito de referências culturais branca, católica e europeia. Isto posto, nota-se a importância em buscar compreender estes espaços e os elementos que os compõem para além de uma visão colonial, visando incentivar a construção de outras perspectivas de ensino, visto que os museus e os patrimônios tem capacidade para tal, mas é preciso termos discernimento em relação às complexas relações estabelecidas nestes lugares.

Levando isso em consideração, é possível observar que a apresentação da identidade dos sujeitos que construíram a Igreja de Santo Alexandre desorganiza a ideia do senso comum acerca do assunto, visto que não atribui e reconhece o trabalho a eles e sim ao colonizador. Sendo assim, perceber o patrimônio a partir de um viés decolonial possibilita que silenciamentos historicamente produzidos sejam progressivamente superados, resultando no reconhecimento e valorização de memórias, conhecimentos e culturas antes preteridas.

Portanto, baseando-se no que fora exposta acima podemos perceber a indispensabilidade de pensar a partir de uma perspectiva decolonial, buscando garantir, neste caso, a importância de evidenciar e construir a ideia acerca de patrimônio, não como um produto cultural único e acabado, ressaltando e privilegiando apenas a memória de um grupo, mas sim a partir de um viés da interculturalidade, onde é apresentada as diversas relações e memórias estabelecidas naquele lugar.

Considerações Finais

Este trabalho buscou examinar a participação de indígenas, negros e mestiços na construção da igreja de Santo Alexandre, bem como sua contribuição artística fundamental para a região amazônica durante o período colonial. Ao apresentarmos os seus nomes e seus

ofícios podemos atestar a sua presença nesse espaço e reivindicar que as suas memórias sejam evocadas ali, onde seus trabalhos estão sendo expostos.

Nesse sentido, é possível notar a oportunidade de explorar esse tema dentro do ensino de História, uma vez que a história destes sujeitos também é a história do Brasil. Além disso, passar a compreendê-los não mais como personagens secundários dentro da sociedade brasileira, tanto no passado como no tempo presente, é de extrema importância para assim podermos combater o racismo, as invasões de terras indígenas e outras injustiças praticadas para com esses grupos.

Buscamos ressaltar como a herança cultural deixada por esses povos é fundamental para a promoção de um ensino de história comprometido com a construção do pensamento crítico do aluno e com a noção de uma perspectiva mais ampla e clara sobre este processo histórico. Ademais, é importante pontuar a capacidade educacional desse tema para as aulas de história, especialmente para os alunos da região amazônica, onde estes podem criar relações com o seu cotidiano através desses elementos.

Esta pesquisa almejou investigar se os indivíduos que visitam atualmente o Museu de Arte Sacra de Belém, tem o conhecimento de que este patrimônio foi construído pelo trabalho de indígenas, negros e mestiços – alguns livres e outros ainda escravizados – ou se o imaginário daquele espaço ainda está totalmente ligado aos missionários jesuítas. Por conseguinte, ao analisarmos essa questão é possível concluirmos que há espaço para avanços em direção ao reconhecimento das memórias dos trabalhadores, através do incentivo à educação patrimonial decolonial que esteja comprometida em contrapor narrativas históricas que contribuíram para o silenciamento desses sujeitos.

Nessa perspectiva, podemos observar que é possível analisar uma fonte documental dita como “oficial” e através dela descobrir personagens que antes não eram vistos como importantes. A partir disso, abre-se o caminho para novos olhares sobre processos históricos que antes foram analisados por um viés mais tradicional, ligado à história dos grandes homens e seus feitos. Estas novas formas de entender as narrativas históricas e valorizar aquelas que foram silenciadas é de grande auxílio e contribuição para a construção de uma sociedade mais justa.

Entendemos que esse trabalho aborda questões que podem ser exploradas em outros trabalhos, possibilitando novas abordagens sobre patrimônio. Nesse sentido, é fundamental pensarmos na produção de uma historiografia decolonial, que busque sempre criar novos repertórios e problematizar o *status quo*. Logo, mais produções que norteadas por esse viés,

são possíveis de se produzir e devem ser incentivadas, visto que há fontes documentais para tal e estas podem ser mobilizadas de outras formas.

Desse modo, foi isto que buscamos realizar nesta pesquisa, utilizar fontes documentais consideradas oficiais, como é o caso do “*Catalogo deste Colégio de Santo Alexandre, seus bens, oficinas, fazendas, servos, gados, dispendios e dividas activas e passivas*” aqui analisado, porém procuramos nos atentar não aqueles que seriam considerados os indivíduos principais, os jesuítas, e sim aqueles que estavam inseridos na dinâmica dos grupos marginalizados da Amazônia colonial.

A partir destas análises confirmamos a hipótese de que houve o silenciamento desses sujeitos que foram fundamentais na construção do patrimônio supracitado e da sociedade brasileira como um todo. Nessa lógica, o silenciamento da memória desses trabalhadores permite que seus conhecimentos, talentos, obras e conquistas sejam deixados de lado e muitas vezes propositadamente esquecidos.

Diante disso, intencionamos através das análises realizadas apresentar a importância de reconhecer o trabalho artístico de indígenas, negros e mestiços em monumentos arquitetônicos na região amazônica. Tal reconhecimento pode gerar a identificação de outros indivíduos com estes personagens e atribuir a eles concepções positivas, quebrando assim com o estereótipos que ligam estes últimos a elementos negativos.

Nesse contexto, podemos reafirmar a possibilidade de produção de novos trabalhos que busquem ressaltar o que fora supracitado, além de propor uma nova interpretação de fontes do período colonial. Além disso, este trabalho pode suscitar novas inquietações e questionamentos sobre o tema, que poderão contribuir com a construção de conhecimentos baseados em elementos que antes não eram vistos como relevantes.

Por fim, com esta pesquisa almejamos problematizar o silenciamento das memórias desses sujeitos e a partir disso mobilizar suas contribuições para a sociedade amazônica no período colonial, buscando assim reparar de alguma forma a sua ausência e apagamento das narrativas históricas. Assim, destacamos esses sujeitos como atores fundamentais na construção da igreja de Santo Alexandre e na produção artística desse período.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Benedito Carlos Costa. Africanos na Amazônia Colonial: notas sobre fugas, mocambos e insolências nas terras do Grão-Pará e Maranhão (1707-1750). **Revista TransVersos**, v. 2, n. 2, p. 93-107, 2014.

BARROS, José D.'Assunção. História, imaginário e mentalidades: delineamentos possíveis. *Conexão-Comunicação e Cultura*, v. 6, n. 11, 2007.

BRAGA, Emanuel Oliveira. Entre o templo e a ruína: identidades, conflitos e políticas no pós- tombamento da igreja de São Miguel Arcanjo na Terra Indígena Potiguara, Paraíba. In: *Anais da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia*. João Pessoa: ABA, 2016.

CASTRO OLIVEIRA, Domingos Sávio de. Vidas por entre pigmentos, madeiras e argilas. *Faces da História*, v. 5, n. 2, p. 124-147, 2018

CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael Rosa Pereira; RIBEIRO, Elisa Antônia. A técnica do questionário na pesquisa educacional. *Revista Evidência*, v. 7, n. 7, 2012.

CHAMBOULEYRON, Rafael. O Estado do Maranhão e Pará: territorialidade e ocupação (séculos XVII e XVIII). In: José Vicente SERRÃO (org). *A terra num império ultramarino*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais – no prelo

CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). **Revista Brasileira de História**, v. 26, p. 79-114, 2006.

COELHO, Mártires Geraldo. Vieira, índios e negros, cultura do trabalho no Maranhão e Grão-Pará seiscentista. In :CHAMBOULEYRON, Rafael; DE SOUZA JÚNIOR, José Alves (Ed.). **Novos olhares sobre a Amazônia Colonial**. Editora Paka-Tatu, 2016.

DIAS, Camila Loureiro. Os índios, a Amazônia e os conceitos de escravidão e liberdade. **Estudos avançados**, v. 33, p. 235-252, 2019.

FONSECA, Alice. R. Educação patrimonial: o objeto cultural como fonte primária para o conhecimento crítico. In: *Encontro Nacional Da Associação Nacional De Pesquisadores Em Artes Plásticas (Anpap)*, 20., 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAP, 2011. p. 2.

FREITAS, Flávia Rodrigues Alves de; SANTOS, Luciana Paiva dos ; LOPES, Márcia Cecília Ramos. Particularidades De Gênero Entre As/Os Profissionais Da Educação Em Formação Nos Cursos De História E Pedagogia. Universidade Federal de Goiás, 2014.30-240

GUZMÁN, Décio de Alencar. Festa, preguiça e matulagem: o trabalho indígena e as oficinas de pintura e escultura no Grão-Pará, sécs. XVII-XVIII. *Revista Estudos Amazônicos*, 13, p.1-29. 2015.

GUZMÁN, Décio de Alencar; JUNIOR, Leonardo Raiol. A reorganização e a fluidez do uso da mão de obra indígena no Grão-Pará: segunda metade do século XVIII (1750-1765). **Tellus**, v. 19, n. 39, p. 177-205, 2019.

HENRIQUE, Márcio Couto. Irmandades escravas e experiência política no Grão-Pará do século XIX. **Revista de Estudos Amazônicos**, v. 4, n. 1, p. 31-51, 2009.

JUNIOR, Leonardo Raiol. Para além da pedra e cal: a mão de obra indígena na construção da fortificação de São José de Macapá (1759 – 1765). In: , José Alves de Souza Júnior; Livia. L. S. Forte (Org.) . O Mundo do Trabalho na Amazônia Colonial. 1a. ed. São Paulo: Livraria da Física, v. 1, 2021.

MARTINS, Renata Maria de Almeida. Tintas da terra, tintas do reino: arquitetura e arte nas missões jesuíticas do Grão-Pará (1653–1759). 2009. 850 f. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MELO, Iaci Iara Cordovil de. A pintura e a escultura jesuítica da Igreja de São Francisco Xavier (ou Santo Alexandre) em Belém do Pará. 2010. 81 f. Monografia (Especialização em Cultura e Arte Barroca) - Instituto de Filosofia, Artes e Cultura, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2010.

NASCIMENTO, Beatriz. Todas (as) distâncias: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento. **Organizadores: Ratts, Alex. Gomes, Bethânia. Editora Ogum's Toques Negros**, 2015.

NEVES NETO, Raimundo Moreira . **Um patrimônio em contendas: os bens jesuíticos e a magna questão dos dízimos no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1650-1750)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.

PACHECO, Agenor Sarraf. Diásporas africanas e contatos afroindígenas na Amazônia Marajoara (African diasporas and afroindígenas contacts in Marajoara Amazon). **Cadernos de História**, v. 17, n. 26, p. 27-63, 2016.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). **História dos índios no Brasil**, v. 2, p. 116-132, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, n. 29, 1995.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5. N°10. 1992. p. 200-212.

SALLES, Vicente **O negro na formação da sociedade paraense: textos reunidos**; Editora: Paka-Tatu, 2004.

SCHAAN, Denise Pahl. A Amazônia em 1491. **Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas**, v. 11, n. 20, 21, 2009.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Dicionário de conceitos históricos. Editora Contexto, 2009.

SILVA, Marley Antonia Silva da. O tráfico de africanos na Amazônia colonial: abordagens historiográficas. **Revista Margens Interdisciplinar**, 2015.

SILVA, Marley Antonia Silva da; BARBOSA, Benedito Carlos Costa. A “cidade enegrecida”: escravizados na Belém do Grão-Pará colonial. **Revista de Estudios Brasileños**, v. 7, n. 14, p. 109-122, 2020.)

SILVEIRA DERENJI, Jussara da; DERENJI, Jorge. **Igrejas, palácios e palacetes de Belém**. IPHAN/Monumenta, 2009.

SOUZA JUNIOR, José Alves de ; FORTE, L. L. S. (Org.) . O Mundo do Trabalho na Amazônia Colonial. 1a. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2021. v. 1. 294p

SOUZA JUNIOR, José Alves de. Negros da terra e/ou negros da Guiné: trabalho, resistência e repressão no Grão-Pará no período do Diretório. **Afro-Ásia**, p. 173-211, 2013.

TANEZINI, Theresa Cristina Zavaris. Os industriais do açúcar na "plantation" colonial (um estudo da agroindústria açucareira no Nordeste). Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba - Campus II Campina Grande, 1994.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação Patrimonial Decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. **Sillogés**, v. 1, n. 1, p. 41-60, 2018.

VAHL, Mônica Maciel; DE VASCONCELLOS, Marciele Agosta. Mentalidades e Imaginário:(des) continuidades. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 15, n. 106, p. 221-234, 2014.

VARGAS GIL, Carmem Zeli de; MEINERZ, Carla Beatriz. Educação, patrimônio cultural e relações étnico-raciais: possibilidades para a decolonização dos saberes. **Horizontes**, v. 35, n. 1, p. 19-34, 2017.

ZELIC, Marcelo; ZEMA, Ana Catarina; MOREIRA, Elaine (org.). A salvação e violação das “almas” no apagamento das histórias indígenas: a religião e o genocídio silencioso entre os Tikuna e os Baniwa. -- Baulina Baniwa e Yuri da Costa Felipe In: **Genocídio indígena e políticas integracionistas: demarcando a escrita da memória**. São Paulo: Instituto de Políticas Relacionais, 2021.

ANEXOS

ANEXO I – MODELO DE QUESTIONÁRIO**1- Idade**

Menos de 16 anos De 17 a 24 anos De 25 a 34 anos De 35 a 45 anos De 46 a 54 anos Mais de 55 anos

2- Gênero:

Feminino Prefere não se identificar Masculino

3- Escolaridade

Sem escolaridade Pós Graduação Completa
Fundamental incompleto Pós Graduação Incompleta
Fundamental completo
 Médio incompleto
 Médio completo
 Superior incompleto
 Superior completo

**ANEXO II – MODELO DE PERGUNTAS PARA O QUESTIONÁRIO
(VISITANTES DO LOCAL E OUTROS)**

- Você já tinha algum conhecimento prévio sobre a Igreja de Santo Alexandre? Qual/Quais?
- Você sabe quem construiu este lugar? Você consegue descrevê-los?